

730 MIL VACINADOS NA REGIÃO

Pág. 3

A bordo do MIL ANDANÇAS
Observação de Golfinhos



Clean & Safe



SadoArrábida
Túrismo Natureza

Troia/Setúbal
SadoArrabida.pt
Tlm. 915 560 342

RNAAT - 75/2011
AO Cetáceos - 33/2018

Instagram: @SadoArrabida

PUBLICIDADE



+ Região

Diretor
Raul Tavares

Semanário
Região de Setúbal

Edição n.º 1137
9.ª série

DISTRIBUÍDO COM O
Expresso

Sexta-feira
23 julho
2021

sem mais

REGIÃO EM PESO PEDE AO PRIMEIRO MINISTRO A CRIAÇÃO DA NUT

E AGORA, O QUE FALTA MAIS?

Pág. 2

Presidente da câmara do Montijo, Nuno Canta, À Conversa

O autarca afirma que o concelho é dos mais atrativos do país e que está a ser preparado para ser ambientalmente sustentável. E ainda acredita que o novo aeroporto seja uma realidade para trazer mais desenvolvimento a toda a margem Sul.

Pág. 6/7

Deputado do distrito coordena fiscalização do PRR

André Pinotes Batista é um dos líderes da comissão que vai monitorizar os 116 mil milhões de euros da 'bazuca' europeia. E acredita que a região possa vir a ser a "mola de crescimento do país", com áreas de financiamento "já devidamente balizadas".

Pág. 3

1920 100 ANOS YEARS 2020



CASA
ERMELINDA
FREITAS 1920

DAS MELHORES UVAS
NASCEM OS MELHORES VINHOS.

WWW.ERMELINDAFREITAS.PT

SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.

Instagram, Facebook, Twitter, YouTube icons

PUBLICIDADE

EDITORIAL
RAUL TAVARES
DIRETOR

Juntos como nunca

ALUTA a favor da criação da NUT é o milagre que a região precisava para unir as forças políticas, empresariais e sociais da região.

O que não raramente sucede em outras regiões do país tem sido difícil fazer vingar neste território tão multifacetado, com identidades muito específicas e com abcessos partidários nem sempre amigos da visão cosmopolita moderna.

A conferência que juntou todas, mas mesmo todas, as entidades públicas e pri-

vadas cá do burgo e agentes políticos autárquicos das diversas cores partidárias, não pode, pois, deixar de ser testemunhado como um momento histórico.

A região a uma só voz, reivindicando o que é seu de direito, na expressão máxima de uma missão que congrega e defende uma causa comum.

E, neste caso concreto, sente-se autenticidade, vontade de unir esforços, juntar forças, ganhar a luta.

Tive sempre esta visão e escrevi muito sobre o tema ao longo dos últimos anos, quando está em causa a coesão regional e os seus interesses de desenvolvimento. É uma causa justa, pela qual vale sempre a pena investir.

E nada impede que haja diferenças ideológicas, diversas vias de pensar este território, de seguir vários caminhos em torno desse objetivo maior que é potenciar ainda mais esta magnífica região. ■

CARTA ABERTA AO PRIMEIRO-MINISTRO JUNTA TODA A REGIÃO NUMA SÓ VOZ

Península de Setúbal coloca criação da NUT nas mãos de António Costa

A região em peso clama para que o primeiro-ministro desate o nó da criação das NUTS III e II para a península de Setúbal. É a corrida contra o tempo, que começa já em agosto, caso contrário continua o atraso e a perda de milhões em fundos comunitários.

TEXTO RAUL TAVARES **IMAGEM** DR

A CRIAÇÃO da NUT III e II para que a península de Setúbal beneficie de uma estratégia, programa operacional e fundos próprios está agora nas mãos de António Costa que, quarta-feira, foi confrontado com uma carta aberta dirigida por dezenas de entidades públicas e privadas da região.

O grupo de subscritores, liderado pelas principais instituições do território, incluindo a totalidade dos presidentes das câmaras, pede ao primeiro-ministro que formalize o processo de reposição da NUT III e dê andamento ao estudo para a criação de uma NUT II. A ideia é “retificar o erro”, gerado em 2013, no Governo de Passos Coelho, com a inclusão da península na NUT da Área Metropolitana de Lisboa (AML), e ainda a tempo de obter mais fundos do quadro comunitário de apoio que vigorará após 2027.

E não há tempo a perder, já que para se alcançar esse objetivo o Governo terá que fazer uma comunicação oficial a Bruxelas até final de agosto e formalizar todo o processo até 31 de janeiro de 2022.

Em jeito de apelo, as dezenas de entidades e agentes da região lembram que o Governo já havia assumido o compromisso público, a 4 de junho, de restaurar a NUTS III de Setúbal e estudar a criação de uma NUT II específica para a península. Mas até agora, reclama Nuno Maia, diretor-geral da Aiset - Associação Industrial da Península de Setúbal, “nada aconteceu”.

É o mesmo dirigente que faz a pergunta para um milhão de euros: “Gostávamos de saber o que mais falta fazer para avançar o processo, quando toda a região está consensualizada em torno desta urgência”. E a urgência significa resolver a assimetria entre a zona Norte da AML e a margem Sul do Tejo, que tem vindo a ser prejudicada no apoio ao investimento público e privado, ao ponto de perder mais de 2 mil milhões a cada quadro comunitário de apoio. “Só o primeiro-ministro, que ainda não nos quis receber em audiência, poderá responder a este anseio e honrar o



compromisso assumido pelo seu Governo”, acentua Nuno Maia ao Semmais.

ACABAR COM A INQUIETAÇÃO E UMA INÉRCIA SEM RAZÃO

Por outro lado, refere o signatário, já foram aprovadas na Assembleia da República vários projetos de Resolução para que seja reposta a NUT III para a península e que se estude a reformulação das NUTs II, por forma a beneficiar a região e o país. E acrescenta: “Não se percebe esta inércia. Não há razão para o processo não andar, não há impedimentos constitucionais nem legislativos. A resposta é fácil e temos que acabar com esta inquietação”.

Na apresentação pública da carta-aberta, José Ferreira, vice-reitor da Universidade Nova, considerou “inqualificável” a discriminação da península no acesso aos fundos e ao desenvolvimento. Sobretudo a partir do momento em que foi integrada na NUT III AML, perdendo as suas estatísticas regionais que a colocam, em termos de coesão, com um rendimento ‘per capita’ muito abaixo da maior parte dos concelhos da margem Norte do Tejo, e sempre em grande divergência com o rendimento médio nacional e euro-

peu, sendo que, em relação a este último, essa diferença situava-se, em 2016, em 55 por cento.

Neste contexto, a carta dirigida a Costa sublinha ainda a região pode vir a perder mais 2 mil milhões de euros até 2027, “apenas por se considerar a península de Setúbal - com 800 mil habitantes, 8% da população do país - como um território estatisticamente rico, quando na realidade é um território a precisar de reforçar a sua coesão económica e social”.

E lembra ainda que é preciso “assegurar a não diminuição do financiamento a toda a AML, e que se propicie acrescentados fluxos compensatórios para a península, através de todos os instrumentos disponíveis, nomeadamente o PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, a chamada ‘bazuca’ de Bruxelas.

SÓ UMA NUT III ESPECÍFICA PODE ARRASTAR MAIS FUNDOS

Com o otimismo em banho-maria, o presidente da AMRS - Associação dos Municípios da Região de Setúbal, Rui Garcia, avista um cenário possível da criação da NUT III, mas reafirma que isso não resolve totalmente o problema. “A região precisa

que seja reposta a justiça neste processo administrativo, que só se resolve com a NUT II Península de Setúbal, a que garante financiamentos e acesso aos fundos, de forma a resolver esta enorme assimetria que se criou”, afirma ao Semmais o líder da AMRS e do município da Moita.

A não chegada de fundos majorados é também apontada pelos grandes empresários como fator crítico à competitividade, numa fase em que a indústria 4.0, a digitalização e Pacto Ecológico Europeu pedem investimento. A empresária Leonor Freitas explica ao Semmais que nos últimos anos podia ter feito “ainda mais investimentos e criado mais emprego” se a Casa Ermelinda Freitas, uma das maiores vitivinícolas da região, tivesse tido o mesmo nível de financiamentos e fundos que outras empresas do setor instaladas em outras zonas do país. “É uma injustiça para os nossos empresários e para esta península com tanto potencial”, afirma.

A provar o amplo consenso que se gerou na região nesta luta pela reposição da NUT, a presidente da câmara de Almada, Inês de Medeiros, disse que este processo deve obedecer a um princípio básico assente na “igualdade e na justiça e não se faz por estatística”. “Não entendemos como foi possível alterar esta realidade em 2013 e não compreendemos por que ainda não se resolveu”. E aludindo à “boa dinâmica” da AML, com “políticas extraordinárias” no quadro metropolitano, afirmou que é imperioso que a península “recupere atrasos que não são de hoje”.

Com o tempo a correr, cabe agora ao primeiro-ministro dar a última palavra e gerir algumas divisões no seio do seu Governo. Desde logo entre a ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, cujas posições têm sido de avanços e recuos; o seu secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Carlos Miguel, que não tem manifestado grande interesse pelo dossier e o ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, favorável a esta solução. ■

116 MIL MILHÕES ATRIBUÍDOS A PORTUGAL TÊM DE SER APLICADOS ATÉ 2026

Deputado do PS diz que distrito será “a mola de crescimento do país”

O distrito será especialmente contemplado em áreas como a ferrovia e rodovia, a saúde e a educação, mas também a habitação e a modernização industrial.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO IMAGEM DR

O **DISTRITO** de Setúbal pode tornar-se, a médio/longo prazo, a “mola de crescimento do país”. A tese é do deputado socialista André Pinotes Batista que tem agora a responsabilidade de fiscalizar o destino a dar aos 116 mil milhões de euros inscritos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que a União Europeia já começou a fazer chegar a Portugal de modo a garantir a revitalização económica do país.

O deputado do PS, à conversa com o Semmais, começou por explicar que a comissão que integra “não tem qualquer responsabilidade na distribuição das verbas”, mas que lhe compete fiscalizar o processo, através de comissões parlamentares eventuais que se irão realizar até que toda a aplicação do dinheiro - a maior “bazuca” financeira alguma atribuída ao país - esteja concluída. “Os projetos devem iniciar-se em 2023 e estar concluídos, obrigatoriamente, até 2026”, disse.

Contas feitas, o país terá 6 mil milhões de euros anuais para gastar em processos diversos destinados a recuperar o sistema económico, através da criação e modernização de mais indústria, da melhoria da habitação, e da prestação de cuidados de saúde e educação, entre diversos outros itens.



Sobre o distrito de Setúbal, André Pinotes Batista disse que as áreas de financiamento “já se encontram devidamente balizadas”, sendo que cada investimento, tal como acontece no resto do país e para os restantes estados membros que irão receber dinheiro, tem de ter em conta as três vertentes fundamentais do PRR: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

ENTRE ACESSIBILIDADES E SAÚDE, HÁ APOIOS PARA VÁRIOS SETORES

“O distrito deverá ter como principais áreas financiadas as acessibilidades, com especial incidência na componente ferroviária, a modernização das empresas, a habitação e rodovia e também os setores da saúde e educação”, referiu o deputado do PS, salientando que “a região tem cerca de um milhão de habitantes e reúne todas as condições para se tornar novamente no ascensor da economia nacional, bastando para tal constatar a importância do porto de Sines, que é a porta de entrada na Europa mais próxima das Américas, e também do eixo entre Sines e Setúbal, onde estão localizadas algumas das principais empresas exportadoras do país, nomeadamente a Navigator e a Autoeuropa”.

“Existem potencialidades que têm agora de ser alavancadas”, diz ainda o deputado, aludindo à necessidade de se criarem condições para que “numa futura crise, porque as mesmas são cíclicas, as populações estejam melhor preparadas para enfrentar dificuldades”.

No âmbito da Resiliência, que compreende como fundamentais os setores da Capitalização e Inovação Empresarial (2.914 mil milhões de euros), Habitação (2.733 mil milhões), Serviço nacional de Saúde (1.383 mil milhões) e Qualificação e Competências (1.324 mil milhões) serão recebidos 11.125 mil milhões de euros.

Portugal terá também direito a 3.059 mil milhões ao abrigo da transição Climática. Neste item os setores mais contemplados são a Descarbonização da Indústria (715 mil milhões), a Mobilidade Sustentável (967 mil milhões) e a Eficiência Energética em Edifícios (610 mil milhões).

Por fim, no que respeita à Transição Digital, cujo bolo total é de 2.460 mil milhões, cabe à alínea Empresas 4.0 o maior quinhão, com 650 mil milhões. A Administração Pública Mais Eficiente será contemplada com 578 mil milhões e a Escola Digital com 559 mil milhões. ■

Região já ‘vacinou’ mais de 700 mil pessoas

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO IMAGEM DR

TODOS os concelhos do distrito de Setúbal têm, até ao final da semana em curso, muito mais de metade dos residentes vacinados contra a Covid-19. Em alguns a percentagem de pessoas com a segunda dose já administrada também já ultrapassou os 50 por cento.

Um levantamento efetuado pelo Semmais dá conta de que as perspetivas de se atingir a imunidade de grupo ainda neste verão são reais. No Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida (Setúbal, Palmela e Sesimbra) os números da vacinação são elucidativos: 74.032 vacinas administradas em Palmela, 54.151 em Sesimbra e 100.355 em Setúbal.

Noutros concelhos o cenário não é

muito diferente. No Montijo já há 53.700 pessoas vacinadas, das quais mais de 50.000 com a segunda dose. Os adultos deste concelho, segundo o presidente Nuno Canta, deverão estar todos vacinados até final do mês. Em Alcochete a taxa de vacinação ronda os 90%, tendo sido administradas 21.446 doses aos cerca de 17.500 residentes, enquanto que no Barreiro o registo é de 75.970 doses inoculadas (30.850 pessoas com vacinação completa). Na Moita, por sua vez, há registo de 55.000 doses administradas.

Ao centro de vacinação do pavilhão da feira, em Grândola, já acorreram quase todos os 14 mil habitantes, sendo que 8.500 já têm duas doses. Uma situação



que se replica, em Alcácer do Sal, onde se contam 12.093 vacinas entre cerca de 13 mil pessoas. Em Santiago do Cacém, dos 30 mil residentes, 52,7 por cento já têm a

vacinação completa. Os dados da ULSLA (Litoral Alentejano), que também incluem Sines, dão conta de 64,95% da população já vacinada (47,60% com duas doses).

Em Almada o total de inoculações ascende a 161.297 (92,1 por cento) enquanto que no Seixal os números apontam para 152.548 pessoas que já receberam, pelo menos, a primeira dose. Apesar destes dados, alguns autarcas indicam algumas fragilidades no processo. Joaquim Santos, presidente do Seixal, salienta atrasos de cerca de duas horas na vacinação devido à falta de enfermeiros, e lamenta que outros contratados não possam trabalhar por não terem acesso ao portal do SNS, onde se fazem os registos. ■

semmais / Ficha Técnica

Diretor **Raul Tavares** / Redação, **Anabela Ventura, António Luís, Cristina Martins, José Bento Amaro, Marta David** / Coordenação Comercial **Cristina Almeida** / Direção de arte **Pedro Frade** / Design e paginação **António Afonso** / Serviços Administrativos e Financeiros **Mila Oliveira** / Distribuição VASP e Maiscom, Lda / Propriedade e Editor **Maiscom Edição e Publicações, Unipessoal, Lda**; NIPC 513 409 246 / Capital Social **Raul Manuel Tavares Pereira** (100%) / Redação Largo José Joaquim Cabecinha nº8-D, (traseiras da Av. Bento Jesus Caraça) 2910-564 Setúbal. E-mail: publicidade.semmais@mediasado.pt; Semmaisjornal@gmail.com / Telefone: 93 53 88 102 / Impressão Empresa Gráfica Funchalense, SA. Rua Capela Nossa Senhora da Conceição, 50 - Moralena 2715-029 - Pêro Pinheiro / Tiragem 20.000 (média semanal) / Reg. ICS: 123090. Depósito Legal: 123227/98 / semmais.pt / [f](https://www.facebook.com/jornalsemmais) /jornalsemmais

Projeto piloto de acesso a habitação para jovens avança no Seixal

Modelo visa combater os valores elevados praticados pelo mercado imobiliário e contribuir para a fixação de jovens no concelho.

TEXTO MARISA CIDADE IMAGEM DR

A SEREM edificadas numa primeira fase, integralmente pelo município, as oito habitações vão surgir num terreno da autarquia na Praceta Vinha Tavares, no Casal do Marco, avaliado em 200 mil euros, valor aplicado pela edilidade no projeto piloto. Para a concretização vai ser ainda necessária a realização de dois concursos, um para a construção e outro para a aquisição dos imóveis.

Com o valor de venda dos fogos, estima o presidente da câmara do Seixal, na ordem dos “100 mil euros”, não está descartada a possibilidade de o município ou o Estado terem de, a longo prazo, investir mais. “Caso as taxas de juro aumentem, a câmara talvez tenha que entrar com uma parte do financiamento, ou o próprio Estado. Neste momento temos condições favoráveis para conseguir construir a cerca de 100 mil euros, que é o preço de venda e se traduz numa prestação que ronda os 200 euros mensais, com empréstimo a

40 anos. Achamos possível e vai ser uma resposta que vamos dar, para tentar não ter ou acabar com a especulação”, avançou Joaquim Santos ao Semmais.

Em termos do empréstimo, o objetivo do município é conseguir alcançar o financiamento a 100% para as oito frações do edifício de quatro pisos. “Estamos em contacto com os bancos e vamos, em princípio, selecionar um para trabalhar connosco. Isto é um projeto piloto, e claro que as pessoas podem escolher o seu próprio banco”, disse.

Joaquim Santos disse ainda ao nosso jornal acreditar que este projeto venha a ser uma solução para os jovens. “Eu acho que este modelo, se tiver sucesso, pode resolver muitos problemas de jovens que procuram uma habitação e não têm condições”, afirmou, reforçando a necessidade de fixar jovens a trabalhar e a viver no concelho.

Caso o modelo alcance bons resultados, a perspetiva é já a de continuar o



trabalho. “Vamos começar com oito casas. Poderão dizer que é uma gota num oceano, mas, se resultar, quem sabe passem a 80 nos próximos dois anos”, alegou.

O concurso para a construção das habitações encontra-se a decorrer até 1 de agosto. Do projeto constam dois T2, cinco T3 e um T4. A autarquia estima que em

outubro estejam reunidas as condições para dar início à construção, que tem um prazo de execução de 12 meses.

Quando ao concurso de aquisição, o autarca garante que “casais jovens com filhos que ganhem o salário mínimo” vão ficar “na primeira linha das candidaturas”. ■

PUBLICIDADE

baía do tejo

Barreiro
parque empresarial

Desde 200m²

Armazéns
Serviços, Segurança, Flexibilidade.

- > Apolo ao cliente
- > Pé-direito 6,50m²
- > Divisão para escritório com 15m²
- > Condições de aluguer flexíveis
- > Facilidade de estacionamento
- > Ideais para atividades de indústria, logística e comércio
- > Acessos que permitem operações de carga e descarga de viaturas pesadas.

☎ 212 067 600
✉ comercial@baiadotejo.pt
🌐 www.baiadotejo.pt

Fotovoltaicas abrem em Palmela caminho à descarbonização

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

O CONCELHO de Palmela terá, até ao primeiro semestre de 2024, pelo menos quatro centrais fotovoltaicas que, de acordo com o executivo municipal, irão servir para reduzir em grande escala as emissões de CO2 e contribuir para que sejam alcançados os objetivos que visam a criação de uma rede de energia sustentável.

O maior dos projetos foi anunciado esta semana. Trata-se de um empreendimento que irá ocupar 133 de 262 hectares de um terreno de Rio Frio, na Plataforma Logística do Poceirão. Esta obra, cujo valor de investimento é de 200 milhões, deverá entrar em funcionamento no primeiro trimestre de 2024 e contribuirá, de acordo com a empresa promotora, a LOGZ Atlantic Hub, para reduzir anualmente as emissões carbónicas em 133,650 mil toneladas.

“É um investimento que se insere na estratégia de combate às alterações climáticas, na qual o município tem estado muito empenhado”, referiu o presidente

da câmara, Álvaro Amaro, aquando da assinatura do protocolo que irá viabilizar o empreendimento.

Os cerca de 614 mil módulos solares fotovoltaicos que irão ser instalados em Rio Frio poderão produzir 472,500 megawatt/hora, o que no final de cada ano representará uma produção de 1750 horas.

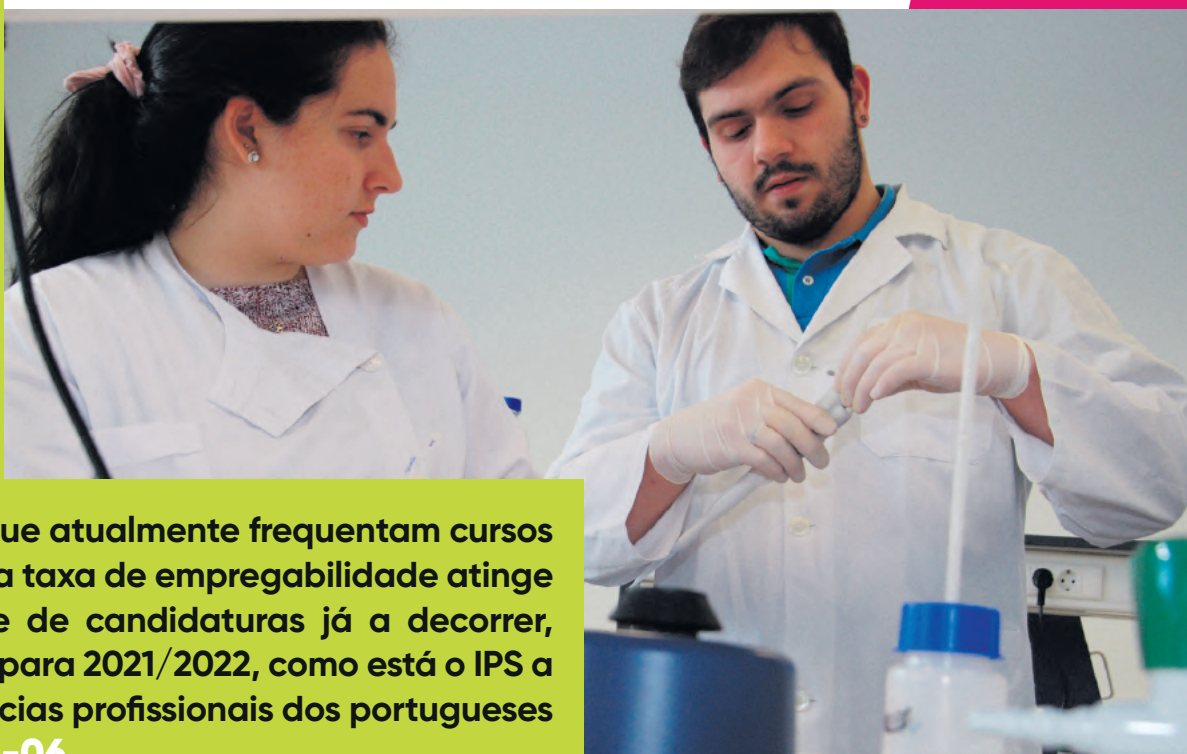
Para além do projeto de Rio Frio, a autarquia tem já acordada a construção de mais três parques de painéis solares. Tratam-se de empreendimentos que deverão entrar em funcionamento até 2022, localizando-se na Quinta da Seixa (Poceirão/Marateca), com cerca de 57 hectares, no Pessegueiro, Pinhal Novo, com 95 hectares e um terceiro, igualmente na zona do Poceirão (Algeruz), que ocupará uma extensão de 44 hectares. Estes empreendimentos, associados ao de Rio Frio, apontam, de acordo com o autarca, para a possibilidade de criar algumas de dezenas de postos de trabalho no concelho. ■

Movete.

**Juntos fazemos
o amanhã.**

Jornal do Politécnico de Setúbal | Ano 2021 | Edição especial: julho | Propriedade: Instituto Politécnico de Setúbal

Formação avançada em sintonia com o mercado de trabalho



São mais de um milhar os estudantes que atualmente frequentam cursos de mestrado no IPS, segmento em que a taxa de empregabilidade atinge os 99 por cento. Com a primeira fase de candidaturas já a decorrer, damos a conhecer as grandes apostas para 2021/2022, como está o IPS a contribuir para o reforço das competências profissionais dos portugueses e o que dizem os nossos mestres. | p 05-06

>
**IPS apontado
como importante
"mediador"
para futuro da
Península**

Ministra da Coesão Territorial,
Ana Abrunhosa, abre conferência
organizada pela ASET
| p 03

>
**Os primeiros
"laboratórios
vivos" da
universidade
E³UDRES²**

Aliança europeia e regiões
desenham projetos em conjunto
| p 07

>
**Antigo
presidente
do IPS lidera
associação
EURASHE**

Docente Armando Pires eleito para
representar ensino politécnico
europeu
| p 08

>
**IPS e Santander
premeiam ideias
de negócio**

Prémio IPStudentEntrepreneur
promove empreendedorismo
| p 08



Editorial.



**PEDRO
DOMINGINHOS**

*O papel do IPS na construção
de regiões inteligentes e competitivas*

> **S**harmer, no seu livro *The Essentials of Theory U: Core Principles and Applications*, desafia as instituições de ensino superior (IES) a construir o que denomina de literacia vertical, traduzida na capacidade de transformar o sistema educativo para lidar com as disrupções tecnológicas, ambientais e sociais que vivemos atualmente. Do ponto de vista organizacional, o autor advoga a evolução em quatro fases: 1.0 – centragem nos *inputs* e na autoridade; 2.0 – centragem nos resultados e na eficiência; 3.0 – centragem nos utilizadores; 4.0 – centragem no ecossistema.

Se olharmos para duas dimensões essenciais – aprendizagem e governança – evoluímos de modelos centrados no professor para a ativação de fontes profundas de aprendizagem, no caso da primeira, e da hierarquia para a ação coletiva baseada na consciência.

Este processo possui um impacto interno e outro, não menos importante, a nível externo. Internamente, o IPS encontra-se numa fase de forte aposta na inovação pedagógica e de mudança organizacional, em especial com a implementação da Universidade Europeia E³UDRES², onde o território é encarado como um laboratório vivo, gerador de desafios, a partir dos quais se constroem soluções inovadoras e transformadoras do próprio território. Este processo interno, alicerçado em processos de co-criação, é um forte contributo para uma região mais competitiva e mais inclusiva, fortemente alinhada com a sua estratégia de especialização inteligente.

A Península de Setúbal está perante dois desafios significativos, que exigem a mobilização de todos os atores, públicos e privados: (i) reposição da NUT III para efeitos estatísticos; (ii) início do processo de discussão para criação de uma nova NUT II, de forma a ir ao encontro da política de coesão da União Europeia. A região necessita de elevar os seus níveis de desenvolvimento, de educação e sociais. Neste sentido, no âmbito do PT2030 e da estratégia definida para a região de Lisboa, importa criar programas específicos dirigidos à Península de Setúbal, quer para as empresas quer para as IES, que possam contribuir para a mitigação da desigualdade existente.

Numa estratégia de ação coletiva, a consciencialização está conseguida, pelo que importa mobilizar os diferentes atores do território no desenho de candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência e aos programas de gestão centralizada da UE. O IPS assume-se como um parceiro central neste processo e, mais uma vez, não faltará à região, assumindo o seu processo enquanto elo central no sistema regional de inovação.

Presidente do IPS



Foto: Mário Romão

Ministra aponta IPS como fundamental numa estratégia específica para a região

Conferência "Devolver o futuro à Península de Setúbal"

A ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, abriu a conferência "Devolver o futuro à Península de Setúbal", realizada a 4 de junho, no Auditório Nobre do IPS, manifestando a disponibilidade do Governo para propor junto da Comissão Europeia o regresso da Península de Setúbal ao estatuto de NUTS III autónoma. A governante propôs, no entanto, que se comecem a desenhar desde já "estratégias viáveis de desenvolvimento", à margem dos fundos de coesão, em que o IPS desempenhará um papel fundamental.

A iniciativa, organizada pela Associação da Indústria da Península de Setúbal (Aiset), reuniu ao longo deste dia autarcas, deputados, empresários e académicos para discutir a urgência de repor a região no mapa dos fundos europeus, retirando-a da NUTS II Área Metropolitana de Lisboa, onde é considerada estatisticamente com uma das regiões mais desenvolvidas da Europa limitando, assim, o acesso a apoios diferenciados.

"O IPS vai ter uma importância extraordinária, não só pela formação que faz em conjunto com as empresas, mas também no apoio à construção de uma estratégia específica para a região, nomeadamente como mediador nas candidaturas ao PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] e aos fundos e iniciativas geridas diretamente pela Comissão Europeia", referiu Ana Abrunhosa, numa sessão onde também usaram da palavra Maria das Dores Meira, presidente da Câmara Municipal de Setúbal, e Antoine Velge, presidente da Aiset.

No final, a ministra comprometeu-se a falar "diretamente, olhos nos olhos" com todos os agentes de desenvolvimento da região, e a criar, "através do IPS, uma infraestrutura que vos ajude a entender esta linguagem e que possa capacitar a região para trabalharmos nestes projetos". "São fundos avultados, apenas

temos que aprender a fazer candidaturas", concluiu.

Na sua intervenção, o presidente do IPS, Pedro Dominginhos, considerou o encontro "inérito e ao mesmo tempo revelador, na medida em que todos os atores do território estão de acordo". "Nesta sala, estão as vozes de 800 mil pessoas que vivem na Península de Setúbal e que se sentem injustiçadas", disse, sublinhando que a Política de Coesão da União Europeia é clara, ou seja, "as regiões com níveis de desenvolvimento mais baixos têm direito a receber fundos por conta desse atraso, de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas e dos territórios".

Manter os nove concelhos da Península de Setúbal integrados na NUT correspondente à Área Metropolitana de Lisboa, é, pois, "persistir num erro com repercussões nefastas para toda a região", sendo que "a decisão apenas depende da vontade política em Portugal", rematou, com a confiança de que o Governo saberá estar "do lado certo da história".

A conferência contou ainda com os contributos da comissária europeia da Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, bem como dos deputados eleitos por Setúbal, entre outros oradores.

"O IPS vai ter uma importância extraordinária, não só pela formação que faz em conjunto com as empresas, mas também no apoio à construção de uma estratégia específica para a região, nomeadamente como mediador nas candidaturas ao PRR, e aos fundos e iniciativas geridas diretamente pela Comissão Europeia".

Ana Abrunhosa, ministra da Coesão Territorial



COVID-19: Estudantes de Fisioterapia acompanham reabilitação à distância

Programa RECOV19 é dinamizado pela ESS/IPS



Estudantes de Fisioterapia da Escola Superior de Saúde (ESS/IPS) estão a implementar, desde meados de março, um programa de telerreabilitação para pessoas que ficaram com sequelas respiratórias deixadas pela COVID-19.

O projeto comunitário, denominado RECOV19, é de caráter gratuito e está neste momento a acompanhar 25 utentes à distância, via plataforma Microsoft Teams, permitindo-lhes uma solução alternativa de acompanhamento após alta hospitalar, com a duração de oito semanas.

O programa, que se inscreve na área científica de Fisioterapia Respiratória, é apoiado e divulgado pela Associação INPIRO2, através da qual qualquer pessoa em recuperação pós- COVID-19 poderá fazer a sua inscrição.

A intervenção, que consiste num conjunto de exercícios terapêuticos a realizar em grupo e que ajudam a melhorar o controlo da respiração, é desenhada e acompanhada por fisioterapeutas da área cardiorrespiratória, e conduzida no terreno por estudantes de Fisioterapia da ESS/IPS.



De acordo com a coordenadora do curso, Margarida Sequeira, trata-se de um projeto com evidentes benefícios para ambos os lados da relação terapêutica. Para os utentes participantes, que atualmente não encontram nas unidades de saúde resposta ao seu problema, pretende-se “que sejam reduzidos os sintomas de dispneia e fadiga, que melhorem a resistência ao exercício e a força muscular e que aprendam a gerir as atividades e a energia, além de aumentarem os seus hábitos de atividade física autónoma”.

Já no caso dos estudantes, adianta, “conseguimos que realizem o seu estágio na área específica da Fisioterapia Cardiorrespiratória, mas também que desenvolvam competências de telerreabilitação, que certamente farão parte do futuro da Fisioterapia”.

Sendo uma patologia nova, sobre a qual há ainda escasso conhecimento produzido, este projeto prevê igualmente uma componente de investigação, que permitirá partilhar com outros profissionais da área as aprendizagens que estão a ser adquiridas no terreno.

“Queremos tentar perceber a efetividade desta intervenção, não só no que toca à fisioterapia respiratória, mas também no que respeita à intervenção específica por telerreabilitação, através da perspetiva dos próprios participantes, já que é uma forma de intervenção, possível e útil em fisioterapia, mas sobre a qual ainda se sabe pouco”, conclui a docente responsável.

O programa de Fisioterapia Respiratória RECOV19 baseia-se em orientações clínicas internacionais, nomeadamente da Organização Mundial de Saúde (OMS), para uma intervenção segura e efetiva na fase de recuperação pós-infeção por SARS-CoV-2, considerando que estes utentes mantêm sintomas muito distintos e que se podem manter durante semanas.

“Queremos tentar perceber a efetividade desta intervenção, através da perspetiva dos próprios participantes, já que é uma forma de intervenção, possível e útil em fisioterapia, mas sobre a qual ainda se sabe pouco”.

Margarida Sequeira,
coordenadora do curso de licenciatura em Fisioterapia



Destaque.

Formação avançada que antecipa o que mercado precisa



Mestrados e pós-graduações 2021/2022

PRÓXIMAS FASES DE CANDIDATURA

2ª fase

Saúde

13 de agosto a 1 de setembro

Ensino e Educação

13 de agosto a 1 de setembro

Ciências Empresariais

13 de agosto a 13 de setembro

Engenharia e Tecnologia

1ª fase

1 de junho a 1 de setembro

2ª fase

13 a 18 de outubro

3ª fase

22 a 29 de novembro

Atento às exigências do mercado de trabalho, em profunda transformação, e perfeitamente alinhado com o desígnio nacional de ter cidadãos cada vez mais qualificados, o IPS tem vindo a reforçar e a diversificar a sua oferta de formação pós-graduada ao longo dos últimos anos.

Atualmente, são mais de um milhar os estudantes que frequentam cursos de mestrado no IPS, segmento em que a taxa de empregabilidade atinge os 99 por cento, rasando o pleno emprego.

“Este é o resultado da forma como desenhamos os cursos, em estreita articulação com os empregadores, da inclusão de estágio e formação em contexto real de trabalho, da existência de um serviço especializado no apoio à inserção profissional dos diplomados e de vários programas de reforço das *soft skills*”, explica o presidente do IPS, Pedro Dominginhos.

Com a primeira fase de candidaturas já a decorrer, importa saber quais são as grandes apostas para 2021/2022 e como está o IPS a contribuir para a formação ao longo da vida e para o reforço das competências profissionais dos portugueses.

No domínio da Saúde, a grande novidade é o Mestrado de Prática Avançada de Fisioterapia em Neurologia, recentemente acreditado pela A3ES, que vai juntar-se à oferta já existente, nomeadamente nas áreas da Fisioterapia em Condições Músculo-Esqueléticas, uma parceria com a Universidade Nova de Lisboa, e da Enfermagem, um mestrado em associação com os politécnicos de Beja, Castelo Branco, Portalegre e a Universidade de Évora.

No que toca à Educação, estão disponíveis os mestrados em Educação Pré-Escolar e em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, para além de uma pós-graduação em Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor.

Com vasta oferta na área das Ciências Empresariais, o IPS abre vagas para um total de nove cursos de mestrado, com destaque para Gestão em Hotelaria de Saúde e Bem-Estar, em parceria com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE), e Logística e Gestão da Cadeia de Abastecimento, em parceria com a SONAE, ambos recém-lançados. Este último distingue-se por ser o primeiro mestrado profissional, de um ano, dirigido a trabalhadores já com experiência comprovada na área. Já no cardápio das pós-graduações contam-se Contabilidade Pública e Empreendedorismo e Negócios Turísticos, também em parceria a ESHTE.

Finalmente, nas áreas de Engenharia e Tecnologia, estão abertas vagas para sete cursos de mestrado e duas pós-graduações abrangendo os vários domínios que vão desde a Engenharia Civil à de Software. Entre as ofertas mais recentes, destacam-se o mestrado em Engenharia Biomédica, em parceria com a Escola Superior de Saúde (ESS/IPS), que acaba de ser acreditado pela A3ES, e o mestrado em Engenharia e Gestão de Energia na Indústria e Edifícios, curso que visa a formação de especialistas em Auditoria e Gestão de Energia, com especial incidência nos edifícios de Serviços, Indústria e Transportes.

O que dizem os nossos mestres?

Leia as entrevistas em www.ips.pt



Ana Esteves

**Técnica superior – Agência Nacional Erasmus+
Mestrado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos (ESCE/IPS)**

Sempre quis frequentar um mestrado e o IPS foi uma escolha natural. Afinal, era a minha “casa”, onde tirei a minha licenciatura e cresci profissionalmente, rodeada por alguns dos melhores profissionais. A decisão foi sobretudo baseada na vontade de querer aprender mais, explorar outras áreas do conhecimento, por vezes nada óbvias, investigar e desafiar-me. Tive a sorte de ter os recursos de investigação necessários, docentes altamente motivados e comprometidos com o processo, que me acompanharam e que comigo celebraram o processo de aprendizagem.



David Sousa

**Militar do Exército Português
Mestrado em Engenharia Biológica e Química (ESTBarreiro/IPS)**

Recomendaria o prosseguimento de estudos para mestrado a todas as pessoas que estão em licenciaturas. Uma vez que estamos a assistir a um aumento da velocidade do desenvolvimento tecnológico, e para conseguir acompanhar esse desenvolvimento, uma formação de três anos (licenciatura) começa a não ser suficiente. Por outro lado, a nível de mercado de trabalho, a apresentação de um complemento de formação, como o mestrado, quando nos propomos a uma empresa, é sempre uma mais-valia para que nos destaquemos positivamente.



Lara Custódio

**Educadora de Infância – Colégio Corte Real
Mestrado em Educação Pré-escolar (ESE/IPS)**

Regressei ao ensino superior cerca de um ano e meio após ter terminado a licenciatura noutra estabelecimento de ensino. A diversidade nas abordagens permitiu-me ampliar horizontes a nível académico e aprender através de pesquisa individual, discussão entre colegas e professores. Este desejo constante de aprender e evoluir, de ser a melhor versão de mim mesma, tem-me acompanhado ao longo de todo este percurso profissional e pessoal. As ferramentas ao nível da investigação foram, certamente, uma mais-valia para esta evolução constante e formação contínua.



Rui Bernardo

**Fundador e gestor da empresa Ondalógica (consultoria informática)
Mestrado em Engenharia de Software (ESTSetúbal/IPS)**

Senti necessidade de fazer um *refresh* aos conhecimentos adquiridos na licenciatura (10 anos antes), mas também e essencialmente a busca por mais conhecimento, um conhecimento atualizado, numa área em constante evolução, mais do que qualquer outra. Recomendo a qualquer pessoa que tenha realizado licenciatura em Engenharia Informática ou Engenharia de Software há algum tempo, e que pretenda atualizar os seus conhecimentos, para explorar linguagens emergentes ou para adquirir conhecimentos em áreas como *machine learning* ou *big data*.



IPS dinamiza primeiros "laboratórios vivos" da Universidade Europeia E³UDRES²

Comunidades académicas e regiões desenham projetos em conjunto

O IPS dinamizou, entre 7 e 15 de junho, os primeiros "laboratórios vivos" dedicados à temática da Ciência Cidadã, no âmbito da aliança Universidade Europeia E³UDRES², que reúne mais cinco parceiros europeus, da Áustria, Hungria, Bélgica, Roménia e Letónia.

Em formato virtual, as três sessões de trabalho foram uma oportunidade privilegiada de juntar investigadores e estudantes das instituições de ensino superior que compõem a E³UDRES², atores regionais dos seis territórios envolvidos, tais como municípios, unidades de saúde e empresas, bem como associações de cidadãos.

O propósito da iniciativa foi criar condições para que as comunidades académicas e as regiões possam desenhar em conjunto projetos de investigação, tendo em vista a busca de soluções inovadoras para problemas reais, concretamente nas áreas da Economia Circular, Envelhecimento Ativo e Bem-estar e Contribuição Humana para a Inteligência Artificial.

Entre as atividades realizadas, e com significativa adesão, destacam-se o Mercado de Parceiros e o Mercado de Investigadores, que, à semelhança das feiras reais, proporcionaram a livre circulação entre participantes, num registo informal, para colocar questões, partilhar conhecimentos e encontrar áreas de interesse em comum.

Pela mão do IPS, a E³UDRES² deu assim início à primeira ronda de encontros entre as necessidades das regiões e os cientistas que possivelmente terão condições para as estudar, lançando a semente de

novas ideias e projetos para o desenvolvimento de regiões mais inteligentes e sustentáveis.

Recorde-se que a E³UDRES², sigla inglesa de Universidade Europeia Empreendedora e Envolvida como motor para Regiões Europeias Inteligentes e Sustentáveis, é um consórcio coordenado pela St. Pölten University of Applied Sciences (Áustria), integrando, além do IPS, a Hungarian University of Agriculture and Life Sciences (Hungria), a UC Leuven-Limburg (Bélgica), a Politehnica University Timișoara (Roménia), e a Vidzeme University of Applied Sciences (Letónia), sendo uma das 41 universidades europeias criadas por iniciativa comunitária.

O propósito da iniciativa foi criar condições para que as comunidades académicas e as regiões possam desenhar em conjunto projetos de investigação, tendo em vista a busca de soluções inovadoras para problemas reais.

Armando Pires assume presidência da associação EURASHE

Antigo presidente do IPS vai representar o ensino superior politécnico europeu

Armando Pires, antigo presidente (2006-2014) e atual professor coordenador principal do IPS, foi eleito a 19 de maio como presidente da EURASHE – European Association of Institutions in Higher Education, associação que representa as instituições de ensino superior europeias com formação de cariz profissionalizante, entre politécnicos e universidades de ciências aplicadas.

O docente, que já exerceu as funções de vice-presidente da mesma instituição (2016-2021), foi eleito por unanimidade em Assembleia Geral, na sequência de proposta prévia do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), sucedendo ao francês Stéphane Lauwick.

Doutor em Engenharia Eletrotécnica, área da qual é coordenador de mestrado na ESTSetúbal/IPS, Armando Pires tem no seu currículo vários cargos de dirigente de instituições representativas do ensino superior, a nível nacional e internacional, destacando-se a vice-presidência do CCISP, onde atualmente é diretor de Relações Internacionais, e a presidência da ASIBEI – Associação Ibero-Americana de Instituições de Ensino de Engenharia.

O novo presidente da EURASHE foi igualmente membro dos conselhos de administração da A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), e da AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa), e do Comité de Direção da UASnet (Universities of Applied Sciences Network).

Para Armando Pires, ter sido escolhido para presidir à principal organização, a nível europeu, representativa das Instituições de Ensino Superior de cariz profissionalizante constitui “um enorme orgulho e também uma enorme responsabilidade”, ao mesmo tempo que representa também “o reconhecimento do excelente trabalho que os politécnicos portugueses têm vindo a desenvolver, e que é hoje uma referência a nível europeu”.

Entre os desafios do mandato, que se prolonga até 2023, o docente assinala desde logo a necessidade de “repensar a organização, incrementando a sua relevância e garantindo a sua sustentabilidade”, e de a tornar “mais atrativa para potenciais novos membros, respondendo às necessidades dos atuais”. Por último, sublinha as metas de “continuar a ser um parceiro importante junto das estruturas da Comissão Europeia” e de “contribuir ativamente para a relevância da PHE [Professional Higher Education], com a sua diversidade, flexibilidade e proximidade aos territórios, tendo em vista a recuperação económica e social, rumo a uma sociedade mais justa e inclusiva”.



petivos cursos e tem igualmente disponibilizado vários apoios específicos para a sua comunidade.

A criação do prémio IPStudentEntrepreneur é, por isso, “mais um incentivo para que os estudantes do IPS possam avançar com as suas ideias, já que ser estudante implica, na maior parte dos casos, estar dependente financeiramente e este prémio será uma ajuda para que possam ser dados mais alguns passos em direção à criação de um negócio”, explica Sandra Pinto, gestora da incubadora.

Também segundo a responsável, “o prémio pode ser alocado à aquisição de produtos ou serviços relacionados com o início de atividade empresarial, nomeadamente registos de propriedade industrial, licenças, taxas, registo da empresa, preparação de imagem corporativa ou material de branding”.

Novo prémio anual IPStudentEntrepreneur

Parceria com o Santander distingue as melhores ideias de negócio

A incubadora IPStartUp vai premiar anualmente os quatro melhores projetos/ideias de negócio apresentados por estudantes e antigos estudantes (*alumni*) do IPS, no âmbito do Prémio IPStudentEntrepreneur, que acaba de lançar a sua 1ª edição.

O galardão, que prevê a atribuição de um montante de 625 euros a cada um dos vencedores, é uma iniciativa em parceria com o banco Santander que visa promover o empreendedorismo junto da comunidade académica do IPS.

As candidaturas, que estão abertas em contínuo, anualmente, entre 01 de janeiro e 31 de maio, podem ser apresentadas por estudantes do IPS, de qualquer curso, por *alumni* e por equipas em incubação na IPStartUp. De salientar que as equipas candidatas podem igualmente integrar docentes e elementos externos ao IPS.

Desde a sua criação, em 2015, a IPStartUp tem vindo a desafiar os estudantes a desenvolverem a suas ideias durante a frequência dos res-

Ficha Técnica.

Título

Politécnico de Setúbal

Propriedade

Instituto Politécnico de Setúbal

Direção e Coordenação

Gabinete de Imagem e Comunicação (GI.COM-IPS)

Redação

Carla Ferreira (GI.COM-IPS)

Conceção Gráfica

CRUCIAL NOMAD

Fotografia

Fernanda Pereira (GI.COM-IPS)

Local de Edição

Setúbal

Data

julho 2021

ISSN

2184-2132

EDIÇÃO ESPECIAL



RECÉM CAMPEÃO DA III DIVISÃO JÁ APONTA AO PROFISSIONALISMO

Racing Power Football constrói centro desportivo

Equipa está a reforçar-se com atletas internacionais portuguesas e brasileiras. Pretende disputar, para vencer, a liga principal dentro de dois anos. Investimento para este ano pode chegar aos 700 mil euros.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO IMAGEM DR

VAINASCR, até final do ano, um grande complexo desportivo no concelho do Seixal. Seis campos de futebol, dois dos quais com relva natural, balneários e estruturas de apoio irão constituir o quartel general do Racing Power Football Club, uma instituição desportiva que foi criada apenas há dois anos e que, no final desta época, já se sagrou Campeã Nacional de Futebol Feminino da III Divisão Nacional.

O Racing Power, como é vulgarmente conhecido, é um clube que visa apenas a participação nas competições femininas de futebol. Trata-se de um projeto criado pela Red Power Energy Drink, empresa que não teve dúvidas em investir, no ano passado, cerca de 500 mil euros para criar uma equipa competitiva ao ponto de se sagrar campeão nacional da III Divisão e que, na época que agora se vai iniciar, tem previsto um orçamento até 700 mil euros, de modo a poder chegar à Liga BPI, a principal da modalidade em Portugal.

“Queremos chegar rapidamente à principal liga e, uma vez lá, lutar pelos primeiros lugares, tal e qual como fez o Famalicão, que na sua primeira presença conseguiu ficar no quarto lugar e dar luta aos principais candidatos ao título”, explicou ao Semmais o presidente do clube, Nuno Paíço.

O Racing Power conquistou o título nacional da III Divisão, derrotando na final disputada em Leiria o Rio Ave. Para que tal fosse possível, muito contribuíram algumas futebolistas que já são internacionais portuguesas e também outras que vieram do Brasil. Este país, diz Nuno Paíço, deverá continuar a ser o principal abastecedor da equipa para a época de



2021/22, isto apesar de a direção também já ter firmado contrato com algumas internacionais portuguesas na categoria de sub-19. Este é, de resto, e conforme confirmou o presidente, um escalão onde se pretende fazer uma aposta séria, criando de imediato uma equipa.

A equipa principal, de acordo com o mesmo dirigente, será totalmente profissional, reunindo assim condições para, caso seja obtida a subida à I Divisão, poder competir com as principais formações nacionais: Benfica, Sporting, Braga e Famalicão.

LANÇAR A PRIMEIRA PEDRA ANTES DO FINAL DESTA ANO

Os responsáveis do Racing Power não revelam, para já, o local onde vai ser edificado o centro de estágio do clube, acedendo apenas a divulgar que é no Seixal. As acessibilidades, assim como a proximidade das praias ou dos centros hospitalares, são fatores determinantes para a escolha dos terrenos.

“Temos alguns terrenos já comprados e outros que estão a ser negociados. Quando tudo estiver concluído, iremos

dar a conhecer a localização e projeto”, refere o presidente, que alude ainda ao desejo de, no futuro, as instalações do Racing Power poderem vir a acolher estágios de equipas estrangeiras e até de seleções nacionais.

Até há pouco tempo a equipa de futebol feminino disputava os jogos em casa no Campo das Pepitas, na Trafaria, sendo a sede na Costa da Caparica. Posteriormente passou a usar as instalações do Seixal 1995, passando a sede para esta cidade.

Esta mudança foi a segunda na história do clube, uma vez que o projeto inicial estava localizado em Paio Pires. Há dois anos, nessa localidade, a Red Power Energy Drink, fez uma aposta de 500 mil euros na formação. No entanto, a pandemia veio a cancelar tudo o que estava previsto, verificando-se a mudança para Almada.

Segundo Nuno Paíço, o facto de o clube se dedicar apenas ao futebol feminino tem a ver com o facto de os três fundadores (o presidente, o vice-presidente e o responsável da empresa investidora) terem, à data da fundação, as filhas jogarem na equipa. ■

Rúben Guerreiro deslumbra no Tour

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

O CICLISTA Rúben Guerreiro, natural de Pegões Velhos, Montijo, concluiu no domingo passado a sua primeira presença na Volta à França em Bicicleta, na 18ª posição da geral. Um resultado assinalável, tanto mais que o corredor logrou também ser o segundo melhor classificado da sua equipa, a EF Education-Nippo, onde irá permanecer, pelo menos, até ao final de 2023.

Depois da desilusão causada pelo abandono forçado no Giro de Itália, devido a queda, Guerreiro não terá chegado a França na plenitude da sua condição física, como então confidenciou ao Semmais,

uma vez que ainda estava a recuperar da fratura de duas costelas.

Aos 27 anos de idade cumpriu o desejo de competir e completar a mais importante prova de ciclismo do mundo e, embora não tivesse ganho nenhuma etapa, conforme admitiu que fosse possível, conseguiu andar quase sempre com os mais consagrados do pelotão, sobretudo nas montanhas, terreno que faz a seleção entre os corredores.

No final, o 18º posto obtido, depois de três semanas a lutar para o chefe de equipa, o colombiano Rigoberto Uran, deixa ante-

ver que outros grandes desempenhos internacionais se venham a verificar (na edição de 2020 da Volta a Itália acabou por se sagrar vencedor da camisola azul, atribuída ao melhor trepador). Rúben Guerreiro entende que, caso não tivesse de se sujeitar por inteiro aos interesses da equipa, poderia ter conseguido um resultado final ainda mais honroso. Um lugar nos 15 primeiros, declarou, poderia ter sido alcançado.

Guerreiro foi um dos dois ciclistas portugueses que participaram este ano no Tour. O outro foi o consagrado Rui Costa, da Emirates, equipa do camisola amarela Tadej Pogacar e que em Paris conquistou também o prémio de melhor formação. Rui Costa, que já venceu etapas em França, que já foi campeão mundial de estrada e que já triunfou em três voltas à Suíça, terminou a prova 77º lugar, sendo considerado um dos melhores gregários do pelotão. ■



Quintajense elege nova direção

TEXTO ANTÓNIO LUÍS IMAGEM DR

DEPOIS de quase 30 anos do ‘reinado’ de Francisco Xavier, devido a alguma falta de dinâmica e disponibilidade, o Quintajense Futebol Clube elegeu uma nova direção presidida por Rui Torres, que exercia o cargo de promotor/angariador de publicidade do clube de Quinta do Anjo.

O novo presidente, que reconhece que o Quintajense possui as melhores infraestruturas desportivas do concelho de Palmela, adiantou ao Semmais que o clube, neste momento, “não está morto”, mas sim “enterrado”, pelo que é preciso “começar tudo do zero”.

Para Rui Torres, a situação financeira é “agridoce” e a “única dívida” que tem hoje são cerca de 40 mil euros à banca. “Queremos ver essa dívida saldada nos próximos quatro anos. Vamos tentar negociar com o banco para baixar os valores. Não devemos dinheiro a mais ninguém e isso já é bastante positivo”.

A convite de Francisco Xavier, o novo líder formou uma equipa de 28 pessoas para dar seguimento à atividade, tendo os novos corpos gerentes para o biénio 2021/2023 tomado posse no passado dia 10, no campo de jogos Leonel Martins.

“A nossa equipa é bastante robusta, dinâmica, trabalhadora”, sublinha o novo timoneiro do clube, que destaca, como prioridade, a reconstrução do polidesportivo que ruuiu em 2007 devido ao mau tempo. “Desde 2008 que está pronto para ser reconstruído. Havia verbas na câmara para suportar a reconstrução, mas ficou tudo em ‘águas de bacalhau’. Já tive uma reunião com o presidente Álvaro Amaro que me disse que a verba já não está disponível e que a pista de atletismo, um sonho de todos, é para avançar”.

Com cerca de 332 associados pagantes, o Quintajense ambiciona abrir portas ao minibásquete, bem como ao andebol e ao ténis. “Atualmente, dispõe das modalidades de atletismo, BTT, taekwondo, yoga, pilates e futebol. A maioria prefere o futebol, mas entendemos que os miúdos devem experimentar várias modalidades e, depois, optarem pelas que mais gostarem. Estamos também a abrir o polidesportivo às empresas. O clube é para ser usado pelos quintajenses/montanhões”, disse.

Para criar a equipa de Futebol Sénior, o clube procura um patrocinador porque são necessários “10 mil euros” e, na próxima época, é intenção disponibilizar todos os escalões da modalidade rainha. A nível da formação, Rui Torres acredita que “ela deve pagar-se a si própria” com as mensalidades dos jogadores. ■

NUNO CANTA, PRESIDENTE DA CÂMARA DO MONTIJO

“Somos um dos concelhos mais atrativos e sustentáveis do país”

Orgulha-se de o Montijo ser uma das cidades com “maior atratividade do país”, diz ter um plano estratégico para a habitação e de estar a preparar o concelho para a sustentabilidade ambiental. Para Nuno Canta o novo aeroporto era a cereja em cima do bolo.

ENTREVISTA RAUL TAVARES IMAGEM IVO MOTA

Consegue identificar algumas diferenças do primeiro para o seu segundo mandato?

O primeiro mandato foi muito marcado pela saída da Troika, em que se procurou a recuperação do desenvolvimento económico e do apoio a muitas famílias que passavam muitas dificuldades. No Montijo tivemos um especial agravamento da situação pelo facto de termos tido uma maioria relativa que, normalmente até funciona em muitos outros locais, mas que aqui se transformou numa maioria negativa que afetou muito das propostas que tínhamos nos planos de atividade.

Neste segundo mandato continuámos esse esforço de recuperação e passámos a ser outra vez a cidade com maior atração de famílias, com maior atração de empresas de toda a região. Podemos mesmo dizer que somos a cidade com maior atratividade de Portugal continental, que mais cresce proporcionalmente a sua população em todo o país.



Mesmo com a pandemia a ocupar um terço deste ciclo autárquico...

A pandemia afetou muito a economia, agravada com uma crise social e de saúde pública. Mas cumprimos integralmente os nossos compromissos eleitorais e as metas relativas ao investimento e à execução dos fundos estruturais e também no âmbito do Plano Operacional Regional 20-20, de que é exemplo o investimento no novo Parque das Nascentes e na Casa da Música Maestro Jorge Peixinho.

Vai fechar este mandato com que nível de execução desses fundos?

Do 20-20 a taxa de execução é total. Aliás, com algumas situações em que fomos até beneficiados. Dou o exemplo do programa de apoio à educação, onde pudemos aplicar um projeto que passa por novas metodologias de aprendizagem para os alunos, designado por trilhos da leitura e da Ciência, com instrumentos digitais e interativos. E podemos avançar neste sentido, porque em termos de construção de escolas está tudo resolvido, vamos apenas construir o último pré-escolar. Estamos muito avançados neste domínio.

Deixe-me só acrescentar que estes dois programas na educação foram majorados, financiados a 100% pelo 20-20, situação que só o Montijo e um outro concelho da AML conseguiram. E isto é uma espécie de prémio para autarquias que demonstram competência e capacidade de executar.

Ganhou uma nova paixão?

Sempre tivemos, porque é uma prio-

ridade enquanto política pública de qualificação de um concelho. Mas temos que pensar, porque há um paradoxo sobre o qual importa refletir, já que uma sociedade escolarizada como a nossa não é ainda sinónimo de grandes remunerações no trabalho e também no que toca à justiça social. Dá que pensar...

A criação da nova NUT voltou acima da mesa. O que pensa disso?

É muito importante para o investimento na nossa região. Mas neste caso mascara, para alguns partidos, a verdadeira intenção nas NUTS III. Repare que nós estávamos na iminência de ter aqui um grande investimento em Setúbal, nomeadamente no aeroporto do Montijo, e tivemos câmaras municipais contra esse investimento.

Quer já falar sobre isso?

É só para lhe dizer que há uma contradição insanável entre alguns políticos, nomeadamente entre aquilo que dizem, aquilo que propõem e, muitas vezes, aquilo que na realidade acontece. Só que hoje, com a nível de informação que existe, não é possível enganar os cidadãos.

Os seus colegas da CDU dizem que a opção Montijo está ferida de morte...

Não está não. O projeto vai ser novamente avaliado, e o mesmo vai acontecer com a lei que permitia a um qualquer município bloquear o investimento nacional. Sou a favor da consulta das autarquias, mas neste caso há um exagero. A funcionar assim nunca mais faríamos uma

linha de caminho de ferro a direito, teria que ser sempre às curvas para evitar bloqueios. O investimento do aeroporto não é da câmara do Montijo, é um investimento nacional e da região. E, no meu ponto de vista, é um investimento significativo e fundamental para a região de Setúbal.

Sente que a população o acompanha nesta luta?

Eu penso que esta estratégia foi já votada em 2017, em que dupliquei o número de votos, isso deve querer alguma coisa...

Está legitimado...

A população está connosco. Tenho falado sobre este assunto com pessoas de todos os partidos, incluindo comunistas, e concordam com a localização do aeroporto no Montijo. Achem que se trata de desenvolvimento e abra portas à internacionalização do concelho e da região.

O aeroporto é uma visão de futuro. Teremos certamente mais emprego, mais empresas e, desta forma, reduzir a assimetria económica da região face à margem Norte da AML.

E se for confrontado com opção Alcochete?

Continuarei sempre a defender mesmo que seja na Moita, em Setúbal se for necessário. Defendemos o aeroporto a Sul. Porquê? Porque o aeroporto é fundamental para reduzir a tal assimetria que falávamos há bocado. Agora digo-lhe que os autarcas da CDU se têm fechado numa posição política sobre uma opção que não está em jogo. E por essas razões é que há

muita gente de concelhos vizinhos que quando chegam ao Montijo, dizem que o desenvolvimento que se sente é diferente do dos municípios onde vivem. Isso é uma evidência.

A construção da Vasco da Gama foi decisiva, não concorda?

Foi fundamental. Mas soubemos aproveitar esse investimento. Permitted a construção de novos bairros, uma grande expansão da cidade, que é hoje praticamente mais que o dobro do que era à época. E toda uma requalificação de que são exemplos os corredores verdes no centro da cidade, que a ligam às zonas mais velhas...

Como o novo Parque das Nascentes...

Sim, que casa aqui várias estratégias, a preservação do património natural, evidente até com árvores autóctones, que aqui existiam antes do Homem; o património material, com a remodelação da antiga quinta de São Pedro das Nascentes; e o imaterial com construção da Casa da Música Maestro Jorge Peixinho, representando a criação artística, a sua música contemporânea de uma figura de grande dimensão internacional.

Como está o processo da antiga estação ferroviária?

Está em curso, é um projeto que se estenderá para o próximo mandato, com a preservação da estação. Já conseguimos finalizar um protocolo de acordo com a REFER, para recuperar o próprio edifício da estação e também os espaços en-

volventes que vão dar lugar a um jardim. E ao longo do ramal temos uma ciclovia de 9 quilómetros. Sem esquecer o pavilhão desportivo do judo, num edifício que comprámos.

O Montijo tem uma enorme ciclovia qual é a extensão?

Cerca de 23 quilómetros. É uma aposta muito forte, porque está subjacente a ideia do ambiente. Uma forma de envolver todo o concelho na luta contra as alterações climáticas, mas também, como é evidente, dar força à mobilidade sustentável, preparando a cidade para esse futuro mais verde.

Há algumas críticas sobre a sua política de habitação. É uma das suas preocupações?

Pode pensar-se que os críticos de que fala têm razão, mas não têm. Quem construiu o último bairro social no Montijo foi o PS, o chamado bairro social da Repsol. Antes do meu mandato, é verdade, mas construímos cerca de cento e tal habitações para alojarmos muita gente carenciada. E só este mandato já atribuímos cerca de 70 casas.

Mas admite que ainda há carências, certo?

Há carências. Temos cerca de 100 famílias em lista de espera, mas não estamos parados, estamos a construir uma estratégia local de habitação, já aprovada em Assembleia Municipal, com a abstenção da CDU...

O problema é que não se faz habitação sem terrenos, pelo que adquirimos, em direito de superfície, nos negócios do Novo Banco, uma fábrica de 1,4 hectares no centro do Montijo, a antiga fábrica da Izidoro. Quanto a mim, o melhor negócio de sempre da autarquia, que vai permitir a construção de 60 novos fogos de habitação. E estamos a negociar a antiga fábrica da Soberana, com 1,5 hectares, para ali construir mais 80 fogos.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) está talhado para esta área?

Vamos aproveitar esse instrumento que vai colocar à disposição das câmaras municipais das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto 100% do dinheiro para a construção de habitação social e isso é um elemento fundamental. Não vamos desperdiçar esta grande oportunidade.

Como vê o concelho em termos económicos e por cluster's?

Tem havido uma grande transformação a nível económico, depois do encerramento das fábricas de cortiça. Hoje temos muita logística e um progresso muito grande na agricultura e na floricultura, setor que exporta, a partir do Montijo, 80% das flores produzidas em Portugal. Temos uma empresa, por exemplo que exporta todos os anos 12 milhões de plantas para o Norte da Europa. A fruticultura está a aumentar muito, nomeadamente em Pêgões, onde também está instalada a adega mais medalhada do país. E não podemos esquecer a grande produção pecuária que

tem permitido o crescimento de empresas na área da transformação de carnes. A última das quais na produção de perus e frangos com um investimento de 28 milhões de euros.

Tem havido algumas apostas na zona ribeirinha. O que lhe falta fazer?

Enquanto vereador, fui responsável por uma grande obra da frente ribeirinha, a da ponte que temos sobre o cais, o alargamento do cais do Vale da Galega, mais uma série de infraestruturas, como os novos cais da atracação das embarcações de recreio, bem como a recuperação do moinho. Tudo isso passou pelas minhas mãos no sentido de execução.

E enquanto presidente...

Continuamos com a reconversão dos espaços públicos. Tínhamos, aliás, um objetivo, que era se o aeroporto viesse para cá, construir, por exemplo, passadiços em madeira entre o aeroporto e a zona da cidade. Tínhamos mesmo no caderno de encargos colocado à infraestrutura aeroportuária. Aliás, não é por acaso que o estudo de impacto ambiental vinha dizer que tínhamos que preservar as salinas...

Está a dizer-me que essa última intervenção está pendente do aeroporto chegar ou não?

Está pendente, porque é uma exigência que os montijenses fazem à instalação do aeroporto. Mas depois temos uma área, do cais dos Vapores para nascente, que é uma área mais urbana e que tam-

bém é privada, e que gostaríamos que fosse envolvida. Neste momento temos várias intenções de loteamentos para essa zona, embora tenhamos aqui uma situação a resolver com a APA relativamente ao nível médio das águas do mar.

São, portanto, projetos para o próximo mandato, caso os montijenses escolham que se deve manter à frente do município...

São projetos que nós obviamente iremos continuar a incentivar, a acolher e a dinamizar. No fundo, são projetos que têm a ver com urbanização, com vários hotéis para aqui previstos, e também com algumas áreas, por exemplo, de habitação para seniores. Mas é preciso continuar a referir que estamos a falar ainda de terrenos privados.

Parte confortável para a luta autárquica de setembro?

Temos plena confiança que os montijenses entendem o progresso que o concelho tem tido nesta gestão e a capacidade de fazermos um Montijo melhor. Mesmo com uma oposição que vota quase sempre contra esse desenvolvimento, provocadora, que não tem ideias nem causas. ■

a conversa
PRESIDENTES
DA REGIÃO
DE SETÚBAL
Montijo



VEJA A ENTREVISTA
NA ÍNTEGRA AQUI

TURISMO ACESSÍVEL

Praia do Ouro



- Projeto All and One, equipa de apoio especializado, das 9 às 17.30h
- Estacionamento gratuito
- Parqueamento para transporte coletivo
- Área de conforto sombreada
- Cadeira anfíbia para banhos de mar e passeio na praia
- Duche e sanitários
- Aluguer de toldos e espreguiçadeiras
- Acesso a esplanadas, restaurantes e bares

Informações e reserva de equipamentos:
93 200 36 60 / praiaacessivel@cm-sesimbra.pt



SETÚBAL

A CIDADE E O URBANISMO
DO PRESENTE AO FUTURO

SEMINÁRIO

27 JULHO'21

FÓRUM MUNICIPAL LUÍSA TODI

9H30 - 17H30

+INFO: DURB.DIRECAO@MUN-SETUBAL.PT

INSCRIÇÕES:




SETUBAL
MUNICÍPIO PARTICIPADO